

Pactos de poder e política econômica: comparações Brasil-China

Marlon Clovis Medeiros*

Resumo

O artigo analisa a dinâmica atual da economia brasileira baseando-se nas relações entre pacto de poder e política econômica. Procuramos discutir os motivos da crise política-econômica do governo Dilma Rousseff, que resultou em retomada do poder por grupos conservadores-liberais e pela implementação de suas políticas econômicas. A não-ruptura do pacto de poder rentista-liberal dos anos 1990 é o principal motivo de crise da política de desenvolvimento implementada a partir de 2011. Comparamos o Brasil com o caso Chinês para demonstrar as diferenças entre pactos de poder e política econômica nas duas formações sociais.

Pacts of power and economic policy in Brazil

Abstract

The article analyzes the dynamics of the Brazilian economy based on the relations between pacts of power and economic policy. It discusses the reasons for the Dilma Rousseff government's crisis, which resulted in a return of power by conservative-liberal groups and the implementation of their economic policies. The non-rupture of the rentier-liberal power of the 1990s is the main reason for the development policy crisis implemented in 2011. Failure to break the rentier-liberal pact of the 1990s is the main reason for the

* Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UNIOESTE – Francisco Beltrão. (marlonmedeiros@hotmail.com).

crisis of the development politics implemented in 2011. It compares to Brazil with the Chinese case to demonstrate the differences between the pacts of power and economic policy in these social formations.

Introdução

O objetivo do presente artigo é analisar a dinâmica atual da economia brasileira à luz das ideias de Ignácio Rangel, especialmente as relações entre pacto de poder e política econômica. Procuramos discutir especialmente os motivos da nova crise política-econômica iniciada no governo Dilma Rousseff, que redundou em forte retomada de grupos conservadores e liberais e da implementação de suas políticas econômicas. Argumentamos que a não ruptura, ou meia-ruptura pelo governo Lula-Dilma, do pacto de poder rentista-liberal dos anos 1990 é o principal motivo de crise da política econômica de retomada do desenvolvimento implementada a partir de 2011. A esperada retomada de investimentos produtivos após o crescimento do período 2006-2010 se tornou na verdade uma crise com queda dos investimentos e reversão da trajetória de melhoria das condições sociais que vinha desde 2003 no governo Lula.

Procuramos comparar o Brasil com o caso Chinês para demonstrar as diferenças entre pactos de poder e política econômica nas duas formações sociais. O caso chinês é exemplar da ruptura radical no pacto de poder que levou a mudanças profundas rumo ao desenvolvimento centrado no crescimento da produção nacional e do mercado interno. O Brasil, por outro lado, como apontou Rangel, vem caminhando em meias-rupturas, que em alguns períodos levam ao crescimento econômico, como no período 1930-80, mas em outros levam a impasse e crises com retrocesso econômico, como no período atual.

Uma visão geral do pensamento de Rangel e os pactos de Poder

Ignácio Rangel foi um dos mais importantes analistas do desenvolvimento brasileiro. Embora não fosse tão conhecido ou influente quanto Celso Furtado, foi mais inovador e criou uma interpretação completamente original, como apontou Bielschowsky (1988). Inúmeros autores vem estudando e apontando as características do pensamento e da obra de Rangel. O interesse atual pela sua obra não é apenas parte de pesquisas sobre a história do pensamento econômico brasileiro. A importância de sua obra está na atualidade das questões, análises e propostas por ele elaboradas para o desenvolvimento brasileiro.

As grandes questões de economia política foram tratadas com profundidade por Rangel, tanto do ponto de vista de interpretações teóricas e históricas, quanto do ponto de vista da elaboração de políticas para os problemas econômicos. Ao longo da obra de Rangel são tratadas as grandes questões da sociedade brasileira: a composição de classes no poder, o papel do Estado, a industrialização, a questão agrária, a inflação, os recursos ociosos, os ciclos econômicos, o planejamento econômico, os serviços de utilidade pública e as infra-estruturas entre outras¹.

Esta introdução é necessária para deixar claro que nenhum dos temas abordados por Rangel é tratado isoladamente. Vários autores como Bielschowsky (1988), Mamigonian (1994), Rego (1994), Castro (2005) entre outros, enfatizam a ligação entre os vários temas ao longo da obra de Rangel, como elementos da totalidade da formação social brasileira. Assim, classes sociais, pactos de poder, política econômica, industrialização, inflação, agricultura e questão agrária são tratadas no fluxo do desenvolvimento brasileiro com seus avanços e contradições, nas

¹ A obra de Rangel foi desenvolvida ao longo de várias décadas, de metade dos anos 1950 ao início dos anos 1990, acompanhando as problemáticas e debates da conjuntura de cada período.

relações com a urbanização, os recursos ociosos e as crises econômicas.

Rangel apresenta visão histórica, em que as mudanças de conjuntura ocupam papel central. Rangel realiza suas análises identificando em cada período as relações entre processos nacionais e internacionais. Mesmo ao analisar questões pontuais, Rangel partia do panorama do estágio de desenvolvimento brasileiro e, como economia periférica, de suas relações com a economia mundial. As análises de Rangel desenvolveram-se a partir da realidade brasileira, mas suas conclusões mais gerais tem validade ampla para a compreensão de outros países no capitalismo atual.

Como argumentou Bielschowsky (1988), Rangel constrói uma análise de economia política, que não separa a economia *stricto sensu* e as classes sociais, como tentam fazer desastrosamente os liberais, neoclássicos e semelhantes.

Uma das ideias centrais do pensamento Rangeliano é a de Pacto de Poder, a qual considera fundamentais as ligações entre a política econômica e os interesses das classes no poder do Estado em um determinado período.

Formam-se pactos de poder de acordo com o amadurecimento das classes sociais e das forças produtivas nacionais. O pacto é realizado entre classes que não tem necessariamente os mesmos interesses, mas que negociam, numa dinâmica de conflito e colaboração. Estas procuram transformar seus interesses no conjunto hegemônico de políticas do Estado, e de projeto de sociedade como um todo. As políticas econômicas, tanto setoriais quanto macroeconômicas vão se subordinar ao interesse destas classes e apontar as direções dos investimentos mais lucrativos. A própria divisão de áreas de atuação entre o mercado e o Estado obedece ao jogo de forças estabelecido.

Assim, a expectativa dos donos do capital e das classes dominantes em geral, relaciona-se tanto a política econômica, quanto à perspectiva de crescimento dos setores, quanto ao projeto

mais geral de país e de desenvolvimento que o pacto de poder encaminhar.

Rangel difere profundamente dos keynesianos quanto ao que determina a expectativa dos agentes econômicos. Para os keynesianos a expectativa é o elemento central de determinação dos investimentos, sendo formada pelos indicadores macroeconômicos (câmbio, juros, carga tributária, dívida pública e inflação) e pela perspectiva de crescimento. Não há consideração do conflito de classes pelo poder².

No Brasil, desde a independência, os pactos de poder vão tomar a forma do que Rangel (1957 e 1981 entre outros textos) denominou de **dualidade**: uma combinação de duas classes representativas dos diferentes estágios de desenvolvimento coexistentes na economia brasileira. A combinação se dava entre uma classe já experimentada politicamente como “sócio maior” e uma nova classe aspirante ao poder como “sócio menor”. As grandes crises econômicas internacionais, os ciclos de kondratiev, marcam a ruptura e reorganização do pacto de poder interno.

Com a revolução de 1930, se consolidou um pacto de poder, liderado por Getúlio Vargas, entre o latifúndio voltado ao mercado interno (dissidente do antigo latifúndio agroexportador) e o nascente capital industrial. Este pacto comandou a economia nacional até os anos 1980, priorizando o crescimento econômico com o centro dinâmico na industrialização. Mesmo em períodos de crise, como no início dos anos 1960, permanecia a expectativa de breve retomada dos investimentos produtivos e do crescimento econômico.

A crise da década de 1980 abalou o pacto desenvolvimentista, que foi definitivamente afastado do poder nos anos 1990. O novo pacto formado pelo capital financeiro nacional e internacional, aliado a setores importadores, progressivamente

² Bresser Pereira em diversos de seus artigos sobre Rangel, enfatiza a base keynesiana de Rangel, deixando de lado sua vinculação tanto teórica quanto política com o marxismo.

muda as prioridades do projeto de desenvolvimento e as políticas econômicas.

Pactos de poder e política econômica a partir dos anos 1990

Na década de 1990 abre-se um contexto explicitamente liberal, no qual a prioridade passa a ser o controle da inflação e a abertura econômica, e não mais o crescimento econômico com foco na produção nacional.

O plano Real e a política macroeconômica correspondente foram a síntese e o ponto mais alto do consenso neoliberal no Brasil. Marcaram o rumo dos debates sobre política econômica por toda a década que se seguiu. A política de juros altos junto às baixas taxas de crescimento industrial tornaram o mercado financeiro e os investimentos especulativos mais atraentes. Formou-se todo um conjunto de interesses de classes rentistas na defesa da manutenção desse conjunto de políticas como o centro da política econômica e do projeto nacional.

Assim, a macroeconomia liberal, com o centro da política econômica voltado ao controle da inflação se tornou um verdadeiro consenso de “única política possível”, replicado pelos meios de comunicação e aceito pela população em geral e por empresários de todos os setores. A grande farsa do aumento de juros para “combater a inflação” foi aceita sem reservas³.

A grave crise que assolou o Brasil no final dos anos 1990, especialmente no segundo mandato de FHC, abalou o pacto de poder liberal, e as certezas de seu conjunto de políticas, pois a piora de todos os indicadores econômicos e sociais deixou claro que as políticas adotadas não trariam crescimento, e nem mesmo a estabilidade que era o alvo principal.

³ Aqui se aplica plenamente a máxima de Marx, de que “as ideias dominantes são as ideias da classe dominante”. Ou dito de outra maneira, a política econômica dominante é a política econômica da classe dominante.

Esta crise possibilitou a eleição de Lula e fortaleceu uma tentativa de rompimento do consenso liberal no Estado e de formação de novo pacto de poder. O novo pacto foi iniciado no governo Lula e continuado no governo Dilma, no entanto, a ruptura foi parcial e sujeita a movimentos de recuo conforme a conjuntura das relações de força entre grupos dentro do Estado e do capital. Lula trouxe para o pacto de poder setores do capital industrial nacional, e setores populares de movimentos sociais, sindicatos entre outros, mas sem romper com o grande capital financeiro.

Um dos indicadores da dificuldade de ruptura, é que no governo Lula não houve uma crítica ao plano Real e a macroeconomia correspondente. O governo Lula e o PT criticaram as privatizações e a desigualdade econômica do período FHC, mas nunca o centro da política econômica.

Com a relativa melhoria da economia e retomada dos investimentos em diversos setores industriais, o governo Lula conseguiu acomodar os interesses conflitantes. A retomada do crescimento de 2006 a 2010 animou os defensores de políticas de desenvolvimento, que passaram a falar em novo-desenvolvimentismo. O sucesso concreto da política do período foi inegável, como redução da dívida externa, aumento significativo da renda em todos os estratos, aumentos do salário mínimo acima da inflação, redução do desemprego para níveis considerados de pleno emprego, retomada do crescimento de todos os setores da economia, crescimento das exportações com grande acumulação de reservas externas, redução da desigualdade com inclusão de milhões de pessoas no mercado de consumo entre outras.

Para além da criação de políticas sociais e de financiamento com juros mais baixos, fazia-se necessário enfrentar o debate macroeconômico. Este se tornou o campo dos liberais e de seus principais dogmas.

Os desenvolvimentistas clássicos enfrentaram diretamente esta questão. Rangel foi da economia política à macroeconomia e à economia monetária para rebater as teses liberais-monetaristas. Ao escrever o livro “A Inflação Brasileira” em 1963. Rangel queria

apontar que a inflação não era o principal problema. Rangel adentrava pelo debate macroeconômico para demonstrar os equívocos deste, ao apontar que ao se eleger a inflação como problema central, se sacrificaria o crescimento e a geração de emprego em nome da “estabilização” monetária⁴. A experiência brasileira demonstrava que a recessão, ao contrário do que imaginavam os economistas liberais, acentuava a inflação, pois as empresas aumentavam preços para manter a lucratividade diante da queda das vendas. Isto era possível visto a precoce oligopolização dos setores da economia brasileira, tanto na indústria quanto no comércio. Em níveis regionais apresentavam-se verdadeiros monopólios comerciais.

Assim, uma política de aumento de juros traria recessão junto com aumento da inflação. Nos dias atuais se faz necessário o mesmo percurso. O debate macroeconômico está dominado pelos dogmas liberais-neoclássicos. O aspecto mais perverso do modelo macroeconômico neoclássico é o controle da inflação como meta central, mesmo às custas do aumento do desemprego e de crise econômica. A perspectiva liberal é claramente anti-crescimento econômico.

A abertura dos anos 1990 tornou o panorama de interesses mais complexo, dificultando a separação entre capital nacional e capital estrangeiro, tanto pela atuação mais intensa aqui dos grupos estrangeiros, quanto pelo movimento contrário de grupos brasileiros no exterior. Em segundo lugar, pelo crescimento da participação na economia dos grandes grupos financeiros e pelo crescimento da especulação pelos grupos industriais. O mercado de capitais aberto torna as decisões internas de interesse direto de investidores estrangeiros, especialmente aqueles ligados aos títulos financeiros que conseguem colocar e retirar recursos no país de

⁴ Neste livro, Rangel denunciava o plano trienal criado por Celso Furtado para o governo João Goulart, como uma capitulação dos estruturalistas a política monetarista de causar recessão para controlar a inflação.

maneira muito rápida. Isto afeta tanto a política monetária e cambial, quanto forma as expectativas dos investidores.

Pelo lado do capital, permaneceu a possibilidade concreta de maiores ganhos com atividades financeiras. Para o capital externo, os ganhos com diferenciais de juros internos e externos, juntamente com as aquisições de empresas brasileiras se tornaram muito atraentes desde o plano Real.

Neste panorama, a nova política macroeconômica, ensaiada por Lula, e levada a efeito por Dilma, pouco efeito produziu em termos de elevação dos investimentos propriamente ditos, e da retomada do crescimento industrial. As tentativas de políticas desenvolvimentistas do período Lula-Dilma ficaram subordinadas ao tripé macroeconômico composto pelas metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário, além da abertura externa da conta de capitais.

Como o contexto especulativo não foi encerrado, a expectativa dos proprietários e dos gestores do capital era por ganhos com atividades financeiras.

A medida que a taxa Selic caía a níveis próximos da remuneração da caderneta de poupança no início de 2013, as pressões do capital financeiro sobre o governo, e sobre o então ministro da fazenda Guido Mantega, aumentaram exponencialmente. Logo, a queda dos juros, ao invés de alavancar investimentos, gerou insatisfação com a queda da rentabilidade de títulos financeiros.

Houve uma clara opção anti-produtiva do capital, com hegemonia do sistema financeiro, que se mostrou muito articulado politicamente. A Febraban se tornou o grande centro de ratificação ou condenação da política econômica, ao passo que os grandes bancos fornecem quadros para as direções do Banco Central e do Ministério da Fazenda.

As contradições entre pacto de poder e política econômica ajudam a entender porque por um lado, tinha-se um ministério da fazenda buscando reduzir juros para facilitar investimentos e por outro, um Banco Central contra o crescimento, utilizando os juros

para controlar a inflação. Por um lado, o BNDES criando linhas de financiamento para a indústria nacional e por outro o câmbio aberto à intervenção do mercado e valorizado durante quase todo o governo Lula, levando a crescentes importações e dificultando a indústria nacional de inúmeros setores.

Além dos aspectos puramente econômicos, as questões ideológicas levaram a uma "greve de investimentos" como apontou corretamente Singer (2014). As federações industriais, lideradas pela FIESP, permaneceram reivindicando redução de custos trabalhistas e tributários, deixando de lado discussões sobre investimentos, abertura de mercados e taxas de juros. A desvalorização cambial iniciada no final de 2014 causou mais reações do que a elevação dos juros iniciada em junho de 2013. A importação de bens intermediários para a indústria é um dos elementos que mais pesa na balança comercial brasileira. A indústria prefere continuar com o Real valorizado para importar peças e maquinários, do que abrir espaço para a reconstituição da indústria brasileira nestes setores. A importação de bens intermediários cresceu continuamente, partindo de US\$ 30,1 bilhões em 2003, atingindo o máximo de US\$ 126,00 bilhões em 2013⁵. Em termos percentuais representam mais de 50% do total das importações brasileiras em todo o período, passando de 60% nos anos de 2003 a 2005. Em valores caíram somente nos anos de 2014 e 2015 como reflexo da queda da atividade econômica no mercado interno.

A política de aumento de renda e ampliação do consumo, um sucesso no governo Lula, levou ao crescente consumo de importados. Assim outra contradição muito forte se estabeleceu: o crescimento da renda e do consumo se fez às custas da produção nacional, devido ao dólar barato. E num segundo momento, especialmente em 2015, a valorização do dólar levou a aumento da inflação destes importados. As importações cresceram

⁵ Dados de Funcex, extraídos de www.ipeadata.ipea.gov.br. Acesso em Julho de 2016.

continuamente de 2002 a 2013, reduzindo-se em 2014, mas ainda mantendo-se em patamar muito elevado de US\$ de 229 bilhões, e com saldo negativo de 3,9 bilhões na balança comercial. Em 2003 as importações eram de US\$ 48 bilhões⁶.

A elevada ociosidade de setores industriais desde 2014, concomitante ao aumento da taxa de juros, desestimulou investimentos novos de longo prazo. Na indústria de máquinas e equipamentos, por exemplo, vem caindo continuamente a taxa de utilização das instalações desde Março de 2003, de 82,7% a 70,3% em Julho de 2016⁷. Nos melhores anos do governo Lula esta taxa girou em torno de 85%, o que é considerado plena utilização da capacidade. Na indústria automobilística a queda foi mais intensa, pois a taxa de utilização da capacidade instalada chegou a 90% no final de 2010, caindo continuamente até atingir 64,2% em Maio de 2016⁸.

Assim, a expectativa da ascensão de um novo período desenvolvimentista foi frustrada pela permanência do pacto de poder rentista-liberal. Pouco importa a política econômica direcionada ao crescimento. Esta teria dado certo em outro período, no qual as expectativas dos investidores **eram** de lucro com as atividades produtivas, especialmente a indústria. A crise e a abertura dos anos 1980-1990 não causaram apenas ruptura do pacto de poder de 1930, causaram em consequência uma nova hegemonia que trouxe junto uma nova política econômica. Neste contexto, permanece difícil a realização estável de uma política macroeconômica voltada ao desenvolvimento, com taxa de juros baixa para o investimento; com câmbio controlado e desvalorizado para estimular exportações e desestimular importações desnecessárias; com controle sobre a entrada e saída de capital.

⁶ Dados de MDIC/SECEX.

⁷ Dados da Sondagem Industrial IBRE/FGV. Disponível em <http://portalibre.fgv.br>. Acesso em Julho de 2016.

⁸ Idem.

A tentativa de mudar a política econômica sem romper o pacto de poder, criada por Lula e levada adiante por Dilma demonstrou-se ilusória. Como diria Rangel em outro período, a nova matriz macroeconômica foi “letra-morta” pois não condizia com a realidade de forças para torná-la possível.

Entre os teóricos do novo-desenvolvimentismo, como Bresser Pereira (2005 e 2010) o problema é o mesmo. Prega-se uma macroeconomia voltada ao crescimento econômico criticando alguns aspectos da ortodoxia liberal, mas sem análise das classes que se formaram e que não querem mudança no atual estado de coisas. Os novos desenvolvimentistas partem do princípio que basta uma macroeconomia adequada, especialmente em relação ao câmbio, que todos os empresários irão priorizar o crescimento da produção no mercado interno. Não existe conflito de interesses na macroeconomia novo-desenvolvimentista.

Rupturas e meias-rupturas no pacto de poder

As meias rupturas marcam a evolução política e econômica brasileira tornando as contradições insolúveis, pela tentativa de acomodação de interesses conflitantes. No momento atual a meia-ruptura levou a um impasse na condução da política econômica e do próprio projeto de país.

Em outras formações sociais, rupturas mais radicais do pacto de poder levaram a definição mais clara do projeto de país e das políticas. Esta é uma das valiosas lições que podemos tirar do caso chinês. A revolução comunista de 1949 foi o auge de uma luta de décadas contra o pacto de poder anti-nacional liderado pelo Guomindang. Um grande consenso nacionalista era criado ali, e mesmo com todas as divergências e conflitos internos das décadas seguintes, o consenso nacionalista jamais foi rompido. A reaproximação com os Estados Unidos nos anos 1970 só ocorreu por que essa se deu nos termos da China, respeitando os interesses nacionais e sem rupturas bruscas (Oliveira, 2006 e Pomar, 2003).

A abertura e modernização liderada por Deng Shiao Ping após a morte de Mao Zedong, longe de representar afastamento dos interesses nacionais chineses em prol dos interesses do capital internacional, representou (e representa) um reforço do interesse chinês, de transformar o país em potência econômica-industrial moderna.

A política das quatro modernizações – da ciência & tecnologia, das forças armadas, da agricultura e da indústria - juntamente com o estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais garantiu que a abertura fosse gradual e segura, com o controle dos chineses, e priorizando as forças produtivas nacionais.

O incentivo aos investimentos estrangeiros não significou liberdade absoluta para o capital. Foram criadas normas rígidas dos investimentos que são preferenciais, tolerados ou proibidos, com absoluta prioridade para a produção industrial. O sistema financeiro permaneceu estatal, com diversos bancos de investimentos tanto para a indústria, quanto infra-estruturas e agricultura, como demonstrou Jabbour (2010).

Mesmo após o fim do bloco socialista, e as pressões externas para a redução da ação do Estado na economia, a China permaneceu no caminho de crescimento econômico, com controle sobre o fluxo de capitais externos, câmbio controlado e desvalorizado para estimular exportações, juros baixos para investimentos, e uma série de políticas e instituições voltadas ao desenvolvimento.

Assim, a revolução foi uma ruptura completa com o pacto de poder anterior, levando ao poder um novo pacto, nacionalista e desenvolvimentista. Este apresentou (e ainda apresenta) grandes diferenças internas, mas com consenso em torno do projeto nacional chinês.

Como demonstra Leonard (2008) até mesmo os liberais chineses são nacionalistas e defendem o crescimento econômico pela via industrial. No Brasil não existe nenhum consenso em matéria de política econômica e menos ainda em matéria de nacionalismo. A quase totalidade da direita é abertamente anti-

nacionalista e vê a destruição da indústria nacional como um processo positivo e necessário.

A revolução de 1930 no Brasil foi uma **meia-ruptura**, que tirou os liberais do poder central, mas não os extinguiu da política nacional. Nas décadas seguintes construiu-se uma hegemonia (mas não um consenso) nacionalista e industrialista, que foi colocado em xeque pela crise dos anos 1980 e destruído pela abertura dos anos 1990. A quarta dualidade apontada por Rangel (1982), que estava na ordem do dia, foi abortada, ao passo que o nacionalismo na economia sofreu forte regressão.

O pacto de poder liberal levou ao fim à própria ideia de um projeto nacional de desenvolvimento. Na política econômica levou ao fim das políticas de proteção ao mercado interno, do financiamento aos setores produtivos com juros subsidiados e do câmbio controlado.

A partir do governo Lula em 2003 houve tentativa de reverter as políticas liberais, mas novamente como meia-ruptura. Lula articula um grande pacto para acomodar os interesses dominantes do capital financeiro ao mesmo tempo em que, progressivamente, cria e amplia políticas de desenvolvimento: aumento da renda e do consumo, financiamento dos setores produtivos e de moradia com juros subsidiados, programas sociais de renda mínima entre outras políticas.

No entanto, o mesmo conjunto de políticas também fortaleceu a especulação financeira e o sistema financeiro em geral. Além disso, se fortaleceu uma classe média alta contrária aos interesses nacionalistas, que se beneficiou do câmbio valorizado para realizar viagens ao exterior e consumo de luxo importado. Esta também se beneficiou dos juros elevados para ganhar com títulos de renda fixa, especialmente com títulos da dívida pública.

O regime alimentou seu próprio coveiro. Nos anos seguintes vários fatores se combinaram para reduzir o crescimento econômico e reforçar o pacto anti-desenvolvimentista: a continuidade da crise internacional, a queda do preço internacional das commodities produzidas pelo Brasil, o aumento das

importações com redução progressiva do saldo da balança comercial até chegar a déficit em 2014, o crescente déficit das contas públicas entre outros.

A partir de 2015, A presidente Dilma teve que ceder e praticar uma política recessiva, marcada pelo aumento dos juros e por cortes em investimentos. O pacto liberal impõe novamente suas prioridades.

Na China, por outro lado, diante da queda das taxas de crescimento em função da crise internacional de 2008, adota políticas de reforço do mercado de interno, de construções residenciais e de infra-estrutura, de redução da desigualdade e de mudança nas formas de produção de energia. O pacto nacional-desenvolvimentista segue firme na condução do país e da política econômica.

Considerações finais

A ideia de pacto de poder como o determinante maior do projeto de país e do conjunto de políticas econômicas é central na obra de Ignácio Rangel. Esta ideia é fundamental para a interpretação da crise brasileira atual, fruto de uma contradição entre um pacto de poder majoritariamente liberal-rentista e a política macroeconômica voltada ao crescimento do mercado interno. A expectativa do capital em geral era de ganhos especulativos, não de investimentos produtivos de longo prazo.

Quando a partir de 2011, a presidente Dilma radicalizou a tentativa de políticas desenvolvimentistas, com progressiva redução das taxas de juros e maior controle sobre o câmbio, o pacto financeiro se articulou para que não houvesse continuidade. A política macroeconômica tentou guiar o pacto de poder, mas como só havia ocorrido meia-ruptura, houve rearticulação e reforço do rentismo contra a nova política.

Rangel apontava que as crises econômicas geram o rompimento dos pactos de poder, especialmente quando se encontra a crise interna com a crise do ciclo longo da economia

MEDEIROS, M.C. Pactos de poder e política econômica: comparações ... mundial. No caso de Dilma, o frágil e instável pacto criado por Lula e que já vinha se desgastando se rompeu definitivamente em 2015-2016.

Referências bibliográficas

AMSDEN, Alice H. A Ascensão do Resto: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Pós-Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

ARRIGUI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

BENETTI, Maria Domingues. Globalização e Desnacionalização do Agronegócio Brasileiro no Pós-1990. Documentos FEE, nº 61. Porto Alegre: FEE, 2004.

BNDES. BNDES 60 anos: perspectivas setoriais. Volume II. Brasília: BNDES, 2012.

BRESSER PEREIRA, Luiz C. Macroeconomia Pós-Plano Real: as relações básicas. In: RENAULT, Michel et al (Orgs.). Novo-Desenvolvimentismo. Um projeto nacional de crescimento com equidade social. São Paulo: Manole/Konrad Adenauer, 2005.

_____. Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento. In: Revista de Economia Política, v. 30, n. 4, Outubro-Novembro, 2010.

- MEDEIROS, M.C. Pactos de poder e política econômica: comparações ...
- CHANG, Ha-Joon. Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo Edunesp, 2004.
- JABBOUR, Elias. China: Infra-estruturas e Crescimento Econômico. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.
- LENIN, Vladimir Ilitch. Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo. Campinas: Unicamp, 2011.
- LEONARD, Mark. O Que a China Pensa: . São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.
- MAMIGONIAN, Armen. Kondrattieff, Ciclos Médios e Organização do Espaço. In: GEOSUL, vol, 14, nº 28, Florianópolis, jul/dez, 1999.
- MAMIGONIAN, Armen. Qual o Futuro da América Latina? In: LEMOS, Amália I. SILVEIRA Maria L., ARROYO, Monica (org.). Questões territoriais na América Latina. Buenos Aires, Ed. Clacso, 2006.
- MARX, Karl. O Capital, livro 1 vol. I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MUSACCHIO, Aldo, LAZZARINI, Sérgio. Reinventando o Capitalismo de Estado. O Leviatã nos Negócios: Brasil e outros países. São Paulo: Portfolio Penguin, 2014.
- OLIVEIRA, Amauri Porto de. Formação de Uma Economia Regional no Leste Asiático. Cadernos Geográficos, nº 13. Florianópolis: GCN/UFSC, 2006.
- POMAR, Vladimir. A Revolução Chinesa. São Paulo: EDUNESP, 2003.

- MEDEIROS, M.C. Pactos de poder e política econômica: comparações ...
RANGEL, Ignácio. Recursos Ociosos e Política Econômica. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. Ciclo Tecnologia e Crescimento. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1982.
- _____. A Inflação Brasileira. 5 ed. Rio de Janeiro: Bial, 1986.
- _____. Economia: Milagre e Anti-Milagre. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986a.
- _____. Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Bial, 1988.
- _____. Introdução ao Desenvolvimento Econômico Brasileiro. 2ª ed. São Paulo: Bial, 1990.
- _____. Dualidade Básica da Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Bial/IR, 1999.
- _____. Obras Reunidas. Vol 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto/BNDES, 2005.

SANTOS, Daniela, BATALHA, Mário, PINHO, Marcelo. A Evolução do Consumo de Alimentos na China e seus Efeitos sobre as Exportações Agrícolas Brasileiras. In: Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, mai-ago/2012.

Recebido em março 2017
Aceito em abril de 2017